

Opinião Econômica

Bráulio Borges

Doutorando em economia da FGV EESP, mest
em economia na FEA-USP, é diretor da LC
Consultores e pesquisador-associado do FGV Ib

banrisul

É hora de trocar o indexador dos pisos de saúde e educação

Proposta seria substituir a receita por parâmetros ligados à demanda

O debate sobre os pisos constitucionais de gastos com saúde e educação voltou à pauta com a discussão sobre ajuste fiscal. Ele costuma ser travado em termos binários: manter as regras atuais ou "desvincular" (deixando essas áreas à mercê da disputa orçamentária de cada ano). Há um caminho intermediário, que defendo aqui: manter os pisos, mas trocar os indexadores.

Hoje, a União deve aplicar 15% da receita corrente líquida (RCL) em saúde e 18% da receita líquida de impostos (RLI) em educação; nos estados e municípios, os mínimos são, respectivamente, de 12% e 15% (saúde) e de 25% (educação).

A proposta é substituir a receita (RCL ou RLI) por parâmetros ligados à demanda: população, de preferência ponderada pela estrutura etária, mais um ganho real anual, na saúde; população em idade escolar mais um ganho real, na educação. Na saúde, a correção monetária poderia seguir uma cesta de bens e serviços médico-hospitalares, não o IPCA.

A primeira razão para defender essa mudança é a prociclicidade. A arrecadação oscila com o ciclo econômico e com os preços de commodities; a demanda por SUS e escola pública, não. Em recessões, aliás, ela aumenta, pois famílias perdem o plano de saúde e migram da rede privada de ensino. A regra atual manda gastar menos justamente nessas horas.

A segunda é a previsibilidade, que acaba se refletindo também na capacidade de planejamento plurianual. Um hospital inaugurado ou um professor concursado geram despesas por décadas. Financiar compromissos permanentes com base volátil produz o conhecido "stop and go" e, em momentos de bonança, gastos apressados no fim do exercício apenas para cumprir o mínimo.

A terceira diz respeito à União. De cada R$ 100 adicionais de IR e IPI, cerca de metade vai para estados e municípios via FPE, FPM e fundos regionais. Do que sobra, uma parcela eleva automaticamente os gastos com saúde, educação, emendas parlamentares e o Fundo Constitucional do DF, entre outras rubricas.

Com efeito, um ajuste fiscal pelo lado da receita rende bem menos, em termos de resultado primário, do que parece. Além disso, como o arcabouço fiscal limita o crescimento da despesa total a 70% ou 50% da alta das receitas, com um teto de 2,5% reais, itens que acompanham integralmente a arrecadação comprimem todo o resto, a começar pelos investimentos públicos.

Vale lembrar que a vinculação da saúde à RCL federal está longe de ser uma "tradição". Entre 2000 e 2015, o piso era corrigido pela variação nominal do PIB. A RCL passou a valer a partir de 2016, ficou suspensa de 2017 a 2022, sob o teto de gastos da emenda constitucional 95, e só retornou em 2024. Mudar o indexador, portanto, não rompe nenhum pacto histórico.

Há ainda a demografia. A população em idade escolar encolhe, enquanto a de idosos cresce rapidamente. Percentuais fixos da receita ignoram essa transição: muitos municípios são obrigados a gastar 25% em educação com cada vez menos alunos, enquanto falta dinheiro para a atenção à saúde. Indexadores populacionais fariam essa realocação de forma gradual e automática, sem reduzir o gasto por aluno.

Por fim, sobram evidências de espaço para elevar a eficiência, sobretudo na educação. As disparidades regionais do Ideb mostram redes com gasto por aluno semelhante e resultados muito distintos; o Ceará é o exemplo mais conhecido. Pisos atrelados à receita premiam o ato de gastar, não o de entregar, e tornam o orçamento um fim em si mesmo.

Nada disso é estelionato eleitoral. Se o novo indexador continuar contemplando ganhos reais per capita ao longo do tempo, os orçamentos dessas áreas seguirão crescendo acima da inflação e da população atendida, inclusive nos anos de crise, proteção que a regra atual não oferece. Trata-se de dar à saúde e à educação um financiamento mais estável e previsível, não de retirar recursos delas.



Evento Mapa Econômico do RS debaterá oportunidades e desafios dos útlimos quatro anos

MAPA ECONÔMICO DO RS

Um balanço dos desafios e das oportunidades de desenvolvimento identificadas no Rio Grande do Sul nos últimos quatro anos norteará o evento Mapa Econômico do RS - Panorama, que será realizado pelo Jornal do Comércio no dia 30 de novembro. O painel, a partir das 17h, no Teatro do Prédio 40 da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs), apresentará uma síntese das 100 oportunidades que foram mapeadas ao longo das quatro temporadas do projeto Mapa Econômico do RS, iniciativa do JC que promove uma radiografia anual da economia gaúcha.

Na ocasião, empresários e dirigentes compartilharão experiências de alguns desses projetos que já estão saindo do papel.

Após percorrer o Rio Grande do Sul nos últimos quatro anos, realizando 20 eventos nas diferentes regiões gaúchas, em que foram ouvidas mais de 2 mil lideranças regionais, o Jornal do Comércio fará um balanço do projeto nesse último encontro de 2026.

O editor-chefe do JC, Guilherme Kolling, apresentará dados exclusivos e uma síntese dos desafios e oportunidades mapeados no Rio Grande do Sul. O trabalho inclui indicadores da economia gaúcha e sua evolução ao longo do tempo.

O evento ainda contará com um painel, mediado por Kolling, que terá como painelistas o CEO do Grupo Ecovix, Robson Passos, e o diretor-geral do Hospital São Lucas da Pucrs, Evandro Moraes, que abordarão cases de oportunidades que estão impulsionando o desenvolvimento do Estado.

"Desde a sua fundação, em maio de 1933, o Jornal do Comércio tem como foco publicar informações estratégicas aos negócios. Há 93 anos, quando surgiu como um boletim informativo, trazia para os atacadistas da época os dados organizados sobre cargas de mercadorias que chegavam ao porto da capital gaúcha, noticiando volume, preço e data. Nove décadas depois, o JC acompanhou as transformações da economia, mantendo atualizado o compromisso de contribuir para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. Um exemplo desse trabalho é o projeto Mapa Econômico do RS", destaca o diretor-presidente do Jornal do Comércio, Giovanni Jarros Tumelero, ao analisar o fechamento das quatro temporadas do Mapa Econômico.

TÂNIA MEINERZ/JC



Encontro será promovido pelo JC no dia 30 de novembro, na Pucrs

A inscrição para o evento é gratuita, com vagas limitadas, por meio da plataforma Sympla neste link. Mais informações podem ser obtidas pelo WhatsApp (51) 98064-4684 ou e-mail eventos@jornaldocomercio.com.br.

Mapa Econômico do Rio Grande do Sul 2026 – Panorama

- **Local:** Teatro do Prédio 40 da Pucrs (avenida Ipiranga, 6.681 – Porto Alegre)
- **Data:** 30 de novembro, segunda-feira, às 17h
- **Inscrições:** Sympla - https://tinyurl.com/mapaeconomicopanorama
- **Informações:** (51) 3213-1318, WhatsApp (51) 98064-4684 ou e-mail eventos@jornaldocomercio.com.br.